

ISSN: 0101-6342



# **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**

---

n. 93 – jan. 2023 – jun. 2023

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 93	jan. 2023 – jul. 2023	p. 1-368
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul  
n. 93 – jan. 2023 – jun. 2023

*Diretor da Revista*

Michael Schneider Flach (Doutor)

*Vice-Diretor*

Vinícius de Melo Lima (Doutor)

*Conselho Editorial*

Alexandre Sikinowski Saltz (Mestre)

Annelise Monteiro Steigleder (Doutora)

Charles Emil Machado Martins (Doutor)

Érico Fernando Barin (Doutor)

Fábio Roque Sbardellotto (Doutor)

Júlia Flores Schutt (Doutora)

Luciano de Faria Brasil (Doutor)

Márcio Schlee Gomes (Mestre)

Rodrigo da Silva Brandalise (Doutorando)

*Conselho de Professores Convidados*

Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS

Antônio Carlos Nedel – UNISINOS

Bruno Miragem – UFRGS

Carla Amado Gomes (Universidade de Lisboa)

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Delton Winter de Carvalho – UNISINOS

Fábio Roberto D'Ávila (PUCRS)

Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES

Hugo Nigro Mazzilli – ESMP-SP

José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra)

José Rubens Morato Leite – UFSC

Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR

Luis Gustavo Andrade Madeira – PUCRS

Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Nestor Caferatta – UBA-AR

Patryck de Araújo Ayala – UFMT

Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT

Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS

Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

*Presidente da AMP/RS*

João Ricardo Santos Tavares

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 93 (2023)-.  
– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Ciências Criminais. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional.

4. Direito Internacional. 5. Direito Institucional. I. Rio Grande do Sul.

Ministério Público. II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)

Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

# Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

---

Alan Ricardo Antão Bezerra  
Anne Ferreira Guimarães  
Claudia Maria Oliveira de Albuquerque  
Fábio Roque Sbardellotto  
Karina Albuquerque Denicol  
Lívia Maria Pires Peixoto Callou  
Luís Alberto Thompson Flores Lenz  
Mauro Fonseca Andrade  
Mauro Luís Silva de Souza  
Ney Fayet Júnior  
Patrícia Maldaner Cibils  
Rafaella Basquerote Blauth  
Rodrigo da Silva Brandalise  
Stephanie Casanova Villela  
Thiago Luís Reinert  
Tiago de Sousa Afonso da Silva  
Vanessa Albuquerque Rocha Guimarães  
Venâncio Antônio Castilhos de Freitas Terra  
Victor Herzer da Silva  
Vladimir Aras

---

**Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**  
**n. 93 – jan. 2023 – jun. 2023**



Porto Alegre  
2023

© dos autores, 2023

*Organização*

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

*Revisão*

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163.5406

*Editoração eletrônica*

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: ☎ (51) 99919.4758

*Direitos desta edição reservados por*  
AMP/RS

*A Revista do Ministério Público é uma publicação da*  
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,  
[www.revistadomprs.org.br](http://www.revistadomprs.org.br)

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501  
90050-191 – Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3254.5300  
[amprs@amprs.org.br](mailto:amprs@amprs.org.br)  
[www.amprs.org.br](http://www.amprs.org.br)

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA  
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO  
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA  
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS  
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),  
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,  
SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

## SUMÁRIO

<b>NORMAS DE PUBLICAÇÃO</b> .....	7
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11

### CIÊNCIAS CRIMINAIS

1	<b>A IMPORTÂNCIA (TENDENCIONALMENTE CRESCENTE) DA VÍTIMA PARA A CIÊNCIA PENAL: significado e expressão da Lei Joanna Maranhão</b> .....	15
	Ney Fayet Júnior	
2	<b>A INAPLICABILIDADE DA PROGRESSÃO DE REGIME ESPECIAL À MULHER CONDENADA POR CRIMES DE DROGAS COM ENVOLVIMENTO DE FILHOS OU DEPENDENTES: a criança e o adolescente enquanto vítimas indiretas do tráfico de drogas no ambiente doméstico e familiar</b> .....	41
	Thiago Luís Reinert	
3	<b>A RESOLUTIVIDADE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DEMAIS SETORES INSTITUCIONAIS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA COMARCA DE CUIABÁ-MT</b> .....	65
	Tiago de Sousa Afonso da Silva	
4	<b>INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: um instrumento protetivo dos Direitos Humanos em risco</b> .....	95
	Mauro Fonseca Andrade Rodrigo da Silva Brandalise	
5	<b>NOVOS CONTORNOS TÍPICOS E PROCESSUAIS DO RACISMO A PARTIR DA LEI Nº 14.532/23</b> .....	115
	Fábio Roque Sbardellotto Venâncio Antônio Castilhos de Freitas Terra	

6	<b>O CIBERTERRORISMO NO SÉCULO XXI:</b> os desafios da cibersegurança.....	143
	Stephanie Casanova Villela	
7	<b>O RECONHECIMENTO DE SENTENÇAS PENAIS ESTRANGEIRAS NO BRASIL:</b> os casos Robinho, Falco e Narbondo.	161
	Vladimir Aras	

## **DOCTRINA NACIONAL**

8	<b>ACESSO À JUSTIÇA:</b> métodos adequados de solução de conflitos.....	195
	Anne Ferreira Guimarães	
9	<b>A ADESÃO DO BRASIL AO ACORDO SOBRE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO:</b> as expectativas de vantagens e os riscos envolvidos ...	219
	Victor Herzer da Silva	
10	<b>A ELEIÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA</b> .....	233
	Luís Alberto Thompson Flores Lenz	
11	<b>A LEI GAÚCHA DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DO DIREITO REGULATÓRIO</b> .....	251
	Patrícia Maldaner Cibils	
12	<b>A PROPRIEDADE FORMAL COMO ATIVO ECONÔMICO DO ESTADO</b> .....	267
	Lívia Maria Pires Peixoto Callou	
13	<b>A PROTEÇÃO DA HUMANIDADE INTRÍNICA DO HOMEM EM TEMPOS DE EXTREMISMO</b> .....	281
	Claudia Maria Oliveira de Albuquerque Vanessa Albuquerque Rocha Guimarães	
14	<b>CAPITAL, TRABALHO E ECONOMIA:</b> diálogos (im)possíveis .....	301
	Alan Ricardo Antão Bezerra	
15	<b>CRENÇA NO MUNDO JUSTO:</b> compreensão e repercurssões .....	313
	Karina Albuquerque Denicol	
16	<b>OS IMPACTOS DA JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE PARA O ORÇAMENTO PÚBLICO E PARA A SOCIEDADE</b> .....	341
	Mauro Luís Silva de Souza Rafaella Basquerote Blauth	

## **NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL**

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, como início no fim do ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim.

Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

### **A Revista adota as seguintes normas editoriais**

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Ou em outra unidade da federação, mas desde que elaborado por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
  - a) aceitação integral;
  - b) aceitação com reformulações;
  - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além da portuguesa. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente.

### **Forma de apresentação dos manuscritos**

Os artigos deverão ser encaminhados por e-mail (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as **referências** deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ \_\_\_\_\_ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

### **Elementos obrigatórios (nesta ordem)**

1. Título;
2. Nome do(s) autor(es), com nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e e-mail;
3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
4. Cinco (5) Palavras-chave;



5. Sumário;
6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title, abstract, keywords e summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações Finais;
10. Referências.

### **Categorias**

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 4.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – Textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – Textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, por autor estrangeiro ou sob norma estrangeira.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

### **Padrão Editorial**

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

**Classificação:** Qualis A4.

**Títuloção Mínima:** Especialista, Mestrando ou equivalente.

**Periodicidade:** Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

**Prazo:** Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

**Endereço para envio:** [revistadaamprs@gmail.com](mailto:revistadaamprs@gmail.com)

**Site da Revista:** <https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>

Porto Alegre.

Direção da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS.



## APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista do Ministério Público nº 93 (2023/1).

Trata-se de uma Edição Especial comemorativa aos 50 anos de retomada da Revista, iniciada em novembro de 1941 e editada regularmente com 38 volumes, até junho de 1951, quando inesperadamente foi interrompida, depois de uma década.

Nossa especial homenagem ao Dr. Lauro Pereira Guimarães, então Procurador-Geral da Justiça, que em julho de 1973 foi responsável pela nova fase de publicação da Revista, a partir da edição daquele que seria numerado como volume I.

Na ocasião, o Diretor era o Procurador de Justiça, e após Desembargador do TJRS, Dr. Ladislau Fernando Röhnelt, tendo no Conselho de Redação os Drs. Sérgio da Costa Franco, Onemyr Machado Schultz, Saul Soibelman, e Hilcke F. Weis e Ney Fayet de Souza (cujo filho participa com um artigo nesta edição).

Em memória do momento, segue em anexo a capa daquela edição (*ver* p. 13), e aqui transcrevemos as palavras do responsável pela sua retomada, Dr. Lauro P. Guimarães:

Retorna agora, em nova fase, após 22 longos anos de recesso, a “Revista do Ministério Público”, tão necessária hoje como no passado, no papel de veículo de difusão do pensamento jurídico de um órgão do Estado e de expressão cultural de uma nobre e ativa classe.

Dos tempos incertos da fase embrionária até nossos dias, áspera, mas firme, tem sido a ascensão do Ministério Público no contexto do Estado moderno e na imagem subjetiva das gentes. Leis constitucionais e ordinárias têm moldado a Instituição e garantido a seus membros a independência indispensável ao pleno exercício de suas múltiplas e graves atribuições, revelando-lhe a verdadeira natureza de ente essencial do Estado, autônomo e sem subordinação, colocado junto ao Judiciário para expressar o interesse social, na repressão ao crime, curar interesses inavaliáveis e velar pela correta aplicação das leis.

Reflexo deste Ministério Público, a “Revista” pretende, assim, reabrir, e, campo mais largo, o salutar intercâmbio de ideias que marcou sua primeira fase. Consciente de que o conhecimento jurídico não só não esgota o conhecimento humano, como não pode existir isolado no espaço - como “um grito parado no ar” - abre suas páginas a toda a gama de criatividade humanística, a toda a forma de busca de Beleza e de Verdade, a tudo quanto, culturalmente valioso, tenha no Homem e para o Homem sua fonte e seu destino.

Cabe-me, por obra só do acaso, a honra insigne de apresentar a “Revista” aos coevos, especialmente aos mais moços (melhor será dizer: aos menos idosos), descerrando a cortina da expectativa de uma briosa corporação de homens livres. Não o poderia fazer sem inscrever no metal da nossa lembrança preto de reconhecimento aos fundadores deste instrumento de comunicação cultural, em honra de quem a estamos revivendo e a quem dedicamos este número inicial da fase nova.

Que ela seja, a “Revista”, o lugar de encontro das ideias dos membros da nossa Instituição, que, por incontornável disseminação geográfica, correm o risco de não se ouvirem reciprocamente. Sirva ela, a “Revista”, de estímulo e convite a tantos quantos hajam desejado expressar-se e não tenham encontrado instrumento e oportunidade.

Que viva uma longa existência ativa, que ultrapasse a todos nós e leve aos que nos sucederem na liça um pouco do que fomos, do que pensamos, o que sonhamos, em que acreditávamos, enfim, nós, os homens desta segunda metade do século 20, enquanto estivemos, ligeiramente, em cena.

Porto Alegre, julho de 1973.

Lauro P. Guimarães  
Procurador-Geral de Justiça

Na presente edição contamos com excelentes artigos de profissionais com atuação nas mais diversas áreas do conhecimento jurídico, estando dividido em Ciências Criminais e Doutrina Nacional.

Nossa homenagem aos nossos predecessores, nosso agradecimento aos que colaboraram com este nº 93 e um desejo de uma profícua leitura a todos.

Michael Schneider Flach  
Diretor da Revista do Ministério Público  
do Estado do Rio Grande do Sul – AMPRS